

Importância do Modelo de Bronfenbrenner para análise da abordagem inovadora no âmbito dos direitos da criança

Importance of the Bronfenbrenner Model for analyzing the innovative approach within the scope of children's rights

Importancia del Modelo Bronfenbrenner para analizar el enfoque innovador en el ámbito de los derechos del niño

DOI:10.34117/bjdv10n4-023

Submitted: Mar 08th, 2024

Approved: Mar 29th, 2024

Sónia Alexandre Galinha

Pós-Doutora em Psicologia

Instituição: Politécnico de Santarém

Endereço: Santarém, Portugal

E-mail: sonia.galinha@ese.ipsantarem.pt

Olivia da Conceição de Carvalho

Doutora em Psicologia

Instituição: Universidade Portucalense, Instituto Europeu de Estudos Superiores (IEES)

Endereço: Porto, Portugal

E-mail: olivia@upt.pt

Helena Ferraz Espinho

Mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária

Instituição: Escola de Segunda Oportunidade

Endereço: Lisboa, Portugal

E-mail: helenaespinho@hotmail.com

Ricardo Miguel Vieira de São João

Doutor em Ciências da Vida

Instituição: Centro de Estatística e Aplicações Universidade de Lisboa (CEAUL)

Endereço: Lisboa, Portugal

E-mail: ricardo.sjoao@esg.ipsantarem.pt

RESUMO

As ciências da educação e psicológicas solicitam cada vez mais um olhar sistémico (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner, Morris, 1998, 2007; Carvalho *et al.*, 2019). Com o objetivo de identificar o entendimento dos adolescentes quanto aos seus fatores protetores para uma melhor cidadania, vários estudos a partir do “Inventário de auto-relato sobre direitos de adolescentes” (adaptado de Souza, 2012) permitem avaliar o conhecimento e cumprimento dos direitos sobre: Saúde, Alimentação, Serviços jurídicos, Lazer, Proteção contra a negligência e prevenção, Identidade, Livre associação e participação em organizações estudantis, Liberdade de opinião e expressão e participação em contexto escolar e familiar, Acesso a informação apropriada, Proteção contra a violência, Privacidade e ainda Proteção contra a discriminação religiosa e racial. Tal

como no Modelo de Bronfenbrenner (1996) deverá compreender-se a influência das características dos diversos contextos no desenvolvimento dos seus sujeitos e de capacitar, através de ações de prevenção ou de acompanhamento, ou em articulação, na modificação de ambientes para o desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento, direitos da criança, educação, formação, inovação educacional.

ABSTRACT

Educational and psychological sciences increasingly require a systemic view (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner, Morris, 1998, 2007; Carvalho *et al.*, 2019). With the aim of identifying adolescents' understanding of their protective factors for better citizenship, several studies based on the "Self-report Inventory on Adolescent Rights" (adapted from Souza, 2012) allow assessing knowledge and compliance with rights about: Health, Food, Legal services, Leisure, Protection against neglect and prevention, Identity, Free association and participation in student organizations, Freedom of opinion and expression and participation in school and family contexts, Access to appropriate information, Protection against violence, Privacy and also Protection against religious and racial discrimination. As in the Bronfenbrenner Model (1996), the influence of the characteristics of different contexts on the development of their subjects must be understood and enabled, through prevention or monitoring actions, or in conjunction, in modifying environments for development.

Keywords: development, children's rights, education, training, educational innovation.

RESUMEN

Las ciencias de la educación y la psicología requieren cada vez más una visión sistémica (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner, Morris, 1998, 2007; Carvalho *et al.*, 2019). Con el objetivo de identificar la comprensión de los adolescentes sobre sus factores protectores para una mejor ciudadanía, varios estudios basados en el "Inventario de Autoinforme de Derechos de los Adolescentes" (adaptado de Souza, 2012) permiten evaluar el conocimiento y cumplimiento de los derechos sobre: Salud, Alimentación, Servicios jurídicos, Ocio, Protección contra el abandono y prevención, Identidad, Libre asociación y participación en organizaciones estudiantiles, Libertad de opinión y expresión y participación en contextos escolares y familiares, Acceso a información adecuada, Protección contra la violencia, Privacidad y también Protección contra la religión y la discriminación racial. Al igual que en el Modelo Bronfenbrenner (1996), la influencia de las características de diferentes contextos en el desarrollo de sus sujetos debe ser comprendida y posibilitada, a través de acciones de prevención o seguimiento, o en conjunto, en la modificación de entornos para el desarrollo.

Palabras clave: desarrollo, derechos del niño, educación, formación, innovación educativa.

1 INTRODUÇÃO

O modelo sistémico (Bronfenbrenner, Morris, 1998, p. 994) recebe a denominação

de bio-ecológico e reforça as características do sujeito em desenvolvimento assim como o construto teórico de “processos proximais”, entendido como “formas particulares de interação entre organismo e ambiente, que operam ao longo do tempo e compreendem os primeiros mecanismos que produzem o desenvolvimento humano”. Este modelo sublinha quatro aspetos multidirecionais inter-relacionados, o que é designado como modelo PPCT: pessoa, processo, contexto e tempo (Martins, 2003). Com o reconhecimento de que as crianças devem ter os seus próprios direitos o movimento Save the Children elaborou a Declaração dos Direitos da Criança em 1924, adotada pela Liga das Nações. A 20 de novembro de 1959 a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração dos Direitos da Criança (DDC) e no mesmo dia, em 1989, a Assembleia adotou por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (Galinha, 2021a); Freire-Ribeiro, 2011). O documento foi ratificado em 1990, inclusivé por Portugal, primeiro instrumento de direito internacional a conceder força jurídica aos direitos da criança com forte impacto na forma de perspetivar a infância, de considerar os direitos da criança, a sua saúde física e emocional e valorização da cidadania. A diferença fundamental entre este texto e a DDC, de 1959, consiste no fato de a CDC tornar os Estados, que nela são Partes, juridicamente responsáveis pela realização dos direitos da criança e por todas as ações que tomem em relação à criança, enquanto a DDC de 1959 impunha meras obrigações de carácter moral (Albuquerque, 2000; UNICEF, 2019). A adesão da maioria dos seus membros a este documento não significa, contudo, que ele seja conhecido e devidamente implementado.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Torna-se relevante aferir o desenvolvimento de fatores protetores do bem-estar e do bem-comum, na abordagem de Bronfenbrenner, junto da população com idade igual ou inferior a 18 anos. Convém, nesta linha, avaliar, o acesso da criança e do adolescente aos fatores protetores tais como uma alimentação adequada, uma educação de qualidade, cuidados de saúde, entre outros consagrados na Convenção (CDC). De acordo com Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007, p.189) “a redefinição da cidadania da infância é o efeito conjugado da mudança paradigmática na conceção de infância, da construção de uma conceção jurídica renovada, expressa sobretudo na Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, e do processo societal”. Essa redefinição constitui, por consequência “um espaço não isento de ambiguidades e em processo de construção. Não obstante,

exprime-se como uma das mais prometedoras possibilidades de interpretação dos vínculos sociais das crianças” (Sarmiento *et al.*, 2007, p.189). Além do efeito do desenvolvimento cognitivo, o raciocínio infantojuvenil acerca do tema dos Direitos da Criança parece estar influenciado pelo contexto, tanto o mais próximo (familiar, escolar) como o mais amplo (sociedade). As experiências e relações nas redes sociais e culturais dos participantes deste conjunto de estudos também têm sido valorizadas (Bock *et al.*, 2006 *cit in* Kahhale; Bock, 2012; Souza *et al.*, 2014; Casas; Saporiti, 2005; Cherney; Perry, 1996; Molinari, 2001; Morrow, 1999). De acordo com Carvalho *et al.*, (2018) os direitos da criança devem ser conhecidos na primeira pessoa pela própria criança e pelos educadores mais próximos, onde se incluem os pais e os professores. O grau de compreensão dos sujeitos com idade igual ou inferior a 18 anos sobre os seus direitos parece ser assim reflexo do exercício dos mesmos, ou seja, das vivências e experiências nas suas próprias vidas (Cherney; Perry, 1996). De acordo com essa perspectiva, crianças e adolescentes que têm mais oportunidades de vivenciar diferentes experiências com maior autonomia e que, assim, tomam mais decisões, tendem a ser mais participativas, persistentes, organizadas psiquicamente, resilientes, com maior sucesso acadêmico e empowerment, com maior autorregulação, foco, empatia, saúde física, etc.

É premente, apurar o entendimento pela população, em especial da própria criança do conteúdo da CDC, razão pela qual surgiu a intenção de obter a percepção do nível efetivo do conhecimento da CDC por quem educa, e, sendo este insuficiente, atuar na sociedade civil, através de ações de formação concretas e direcionadas. A investigação científica caracteriza-se por ser um processo sistemático que visa fornecer informação para resolver problemas ou dar resposta a questões formuladas, sendo fundamental que os aspetos metodológicos estejam definidos, para que dessa forma se possam alcançar os objetivos de forma precisa (Coutinho, 2014). Visam-se caminhos a percorrer, para atingir as metas delineadas, em que o resultado possa contribuir para o conhecimento na área. A partir da temática enunciada, a metodologia utilizada tem partido da definição do *locus* de pesquisa e da aplicação de um questionário autorizado, estruturado e de análise quantitativa, com o objetivo de verificar os dispositivos de proteção e provisão na faixa etária definida. Partindo da premissa de que os direitos da criança devem ser conhecidos na primeira pessoa, pelos próprios, e pelos mais diretos educadores, onde se incluem os pais e os professores, o projeto da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, constituiu um grupo de investigação, das áreas do Direito, Educação, Psicologia e Estatística, que pretende aferir o nível de conhecimento e cumprimento dos direitos das

criança, enquanto destinatárias do elenco de direitos previstos na CDC (através do Questionário adaptado de Souza (2012), Inventário de auto-relato sobre direitos de adolescentes: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, pelo grupo de investigação composto por Olívia de Carvalho (Coordenadora), André Pereira Matos, Carla Santos, Daniela Serra Castilhos, Dora Alves, Natércia Durão, Sérgio Tenreiro Tomás e Sónia de Carvalho).

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 DADOS EMPÍRICOS

Assim, tendo presente o seu valor intrínseco, destaca-se um estudo quantitativo através da aplicação do questionário mencionado. O processo de recolha englobou adolescentes entre os 12 e 18 anos na região centro de Portugal. A aplicação do questionário, denominado “Convenção sobre os Direitos da Criança: Conhecimento e Cumprimento” pautou-se pela observância das normas éticas. Na investigação mencionada participaram 230 elementos, 112 dos quais (48,7%) do sexo masculino, 116 (50,4%) do sexo feminino e 2 participantes da amostra pessoas não binárias (0,87%). Os sujeitos inquiridos frequentavam entre o 6º e o 12º ano. Dos alunos participantes, 168 (73,04%) estavam matriculados em escolas públicas e os restantes 62 (26,96%) em estabelecimentos de ensino privados. Em termos de sucesso escolar, observou-se que 59,6% dos inquiridos afirmaram não ter retenções e os restantes registaram, pelo menos, uma retenção. Sobre a caracterização da amostra - com quantas pessoas viviam, os resultados obtidos apontaram para 121, a maioria cumulativa, (cerca de 52,6 %) dos inquiridos que viviam com mais três ou quatro pessoas, 34 (14,8%) com mais duas pessoas. Os dados apontam para o fato de a grande maioria dos participantes da amostra viverem com os pais, ou, na ausência destes, com familiares, garantindo-se o direito à convivência familiar. Ao responderem à questão que avalia o direito de acesso a cuidados de saúde, Artigos 23 e 24 da CDC, os intervenientes do estudo, na sua esmagadora maioria (91,3%) respondeu afirmativamente, que sempre que precisaram, alguém os levou a um centro de saúde ou hospital. Acresce que 76,09% dos inquiridos tiveram acesso aos serviços médicos de pediatria e 73,48% tiveram acesso aos serviços de oftalmologia. O cuidado com a saúde por parte dos familiares foi validado pela larga maioria dos participantes, (92,17%), que responderam afirmativamente à questão

“Quando fico doente, a minha família cuida de mim”, assim como 90,87% disse nunca ter estado internada/o no hospital sem ninguém os ter visitado. Quanto à qualidade nutricional dos alimentos, 84,35% dos alunos manifestaram comer legumes e/ou fruta diariamente e 72,61% bebem leite ou iogurte diariamente. Contudo, cerca de metade dos inquiridos declarou consumir pizzas/ hambúrgueres/ guloseimas duas ou mais vezes por semana e beber refrigerantes regularmente. Quando questionados sobre a forma como ultrapassaram momentos difíceis, 205 (89,13%) dos participantes responderam que, quando tiveram problemas e pediram ajuda a pessoas mais velhas, estas os auxiliaram (art.º 5.º da CDC, que, na sua redação, aponta: “Orientação da criança e evolução das suas capacidades: O Estado deve respeitar os direitos e responsabilidades dos pais e da família alargada na orientação da criança de uma forma que corresponda ao desenvolvimento das suas capacidades”). Acresce, ainda, que a quase totalidade (92,17%) indicou que os pais lhes dizem que frequentar a escola é importante para o seu futuro. Em relação à perceção dos seus próprios direitos, 46,96% dos participantes afirmaram que na escola já foram informados da Convenção sobre os Direitos da Criança, enquanto no seio familiar, apenas 30% dos participantes tiveram essa mesma informação através dos pais ou responsáveis.

4 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Tal como no Modelo de Bronfenbrenner (1996) a escola/ serviços deve compreender a influência e perceber as características dos diversos contextos no desenvolvimento dos seus sujeitos e de intervir, através de ações de prevenção ou de acompanhamento, ou em articulação, na modificação de ambientes para o desenvolvimento sempre que necessário (Diener *et al.*, 2003; Serra *et al.*, 2006; Canavarro *et al.*, 2007; Ribeiro, 2009; Galinha, 2021b; Santos *et al.*, 2021; Seligman, 2010; UNICEF, 2019; Jardim *et al.*, 2020). Por último, referir que, nos últimos anos, as transformações são cada vez mais evidentes e rápidas e existe a necessidade de uma escola inovadora que contemple todas as dimensões educativas do ser humano e as suas potencialidades pessoais (Carvalho; Peixoto, 2000; Jardim *et al.*, 2020), sendo necessário integrar estratégias de aprendizagem mais flexíveis e abrangentes. Sublinhamos pertinência da continuidade da aplicação do questionário “Convenção sobre os Direitos das Criança: Conhecimento e Cumprimento” por forma a ter amostras mais alargadas e representativas para análise à luz do Modelo de Bronfenbrenner (Bronfenbrenner; Morris (1998, 2007).

AGRADECIMENTOS

Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos nº UID/CED/04748/2020 e UIDB/00006/2020 [DOI: 10.54499/UIDB/00006/2020].

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Catarina. Os Direitos da Criança: As Nações Unidas, a Convenção e o Comitê. 2000. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/os_direitos_crianca_catarina_albuquerque.pdf Acesso em: 5 jan. 2024.

BRONFENBRENNER, Urie. *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie e MORRIS, Pamela. The ecology of developmental processes. In W. Damon; R. M. Lerner (Orgs.). *Handbook of child psychology, Vol. 1: Theoretical models of human development*. New York: John Wiley (pp. 993-1028), 1998.

BRONFENBRENNER, Urie e MORRIS, Pamela. The bioecological model of human development. In Damon, W., & Lerner, R. M. (Eds.). *Handbook of child psychology* (6.^a ed.), Vol. 1 (pp.793-828). New Jersey, Hoboken, NJ: Wiley, 2007.

CANAVARRO, Maria; SIMÕES, Mário; SERRA, Adriano Vaz; PEREIRA, Marco; RIJO, Daniel; QUARTILHO, Manuel e CARONA, Carlos. Instrumento de avaliação da qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde: WHOQOL-Bref. In M. Simões, C. Machado, M. Gonçalves, & L. Almeida (Eds.), *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. III, pp. 77-100). Quarteto Editora, 2007.

CARVALHO, Sónia de; ALVES, Dora Resende; DURÃO, Natércia; SANTOS-PEREIRA, Carla; TOMÁS, Sérgio; CASTILHOS, Daniela Serra., NASCIMENTO, Daniela; MATOS, André; CARVALHO, Olivia. Convenção sobre os direitos da criança: Conhecimento e cumprimento. In M. P. Pando Ballesteros, P. Garrido Rodríguez, & A. Muñoz Ramírez (eds.), *El cincuentenario de los pactos internacionales de derechos humanos de la ONU: Libro homenaje a la Profesora Maria Esther Martínez Quinteiro* (pp. 1649-1660). Salamanca: Ediciones Universidad, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/2504> Acesso em: 5 jan. 2024.

CARVALHO, Olívia; OLIVEIRA, Belkis; VÁZQUEZ-JUSTO, Enrique e GONZÁLEZ LOZANO, Maria Pilar. Formação de profissionais para a Parentalidade Positiva. Poster apresentado na 3rd International Conference on Childhood and Adolescence and 6th Annual Meeting of the Social Paediatric Subcommittee (SPS-SPP) da Portuguese Society of Paediatrics, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, Porto, Portugal, 23rd-25th January 2019. Disponível em: <https://repositorio.upt.pt/entities/publication/270bcee4-68a5-4dc7-9d50-17abc316a312> .Acesso em: 5 jan. 2024.

CARVALHO, Olívia e PEIXOTO, Luís. *A escola Inclusiva: da utopia à realidade*. Braga: Edições APPACDM, 2000.

CASAS, Ferran e SAPORITI, Angelo. *Tres miradas a los derechos de la infancia: Estudio comparativo entre Cataluña (España) y Molise (Italia)*. Madrid: Plataforma de Organizaciones de Infancia, 2005.

CHERNEY, Isabelle e PERRY, Nancy Walker. Children's attitudes toward their rights: An international perspective. In E. Verhellen (Org.) *Monitoring children's rights* (pp.

241-250). Netherlands: Martinus Nijhoff, 1996. Disponível em: <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/30037.pdf> .Acesso em: 5 jan. 2024.

COUTINHO, Clara. Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

DIENER, Ed; OISHI, Shigehiro e LUCAS, Richard. Personality, culture, and subjective well-being: Emotional and cognitive evaluations of life. *Annual review of psychology*, 54(1), 403- 425, 2003. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.54.101601.145056> Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.psych.54.101601.145056> .Acesso em: 15 jan. 2024.

FREIRE-RIBEIRO, Ilda. Cidadania da criança: escola e sociedade como palcos de participação. EDUSER: *Revista de Educação*, Vol 3(2), p. 17-26. Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação, 2011.

GALINHA, Sónia. (Coord.) Bem-estar, Educação e Direitos da Criança. Coleção CO3 Co-Construir Comunidades, vol. I. JOIA, 2021a.

GALINHA, Sónia. As competências socio-emocionais e a motivação – educação para a sustentabilidade. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 6, jun/ 2021 (55747-55755). ISSN: 2525-8761. DOI: 10.34117/bjdv7n6-129,2021b, junho 1. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.15/3789>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JARDIM, Jacinto; PEREIRA, Anabela; VAGOS, Paula; DIREITO, Inês e GALINHA, Sónia. The Soft Skills Inventory: Developmental procedures and psychometric analysis. *Psychological Reports*. 2020, (1-29) ID PRX-20-0202. eISSN: 1558691X. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/3188> <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0033294120979933> Acesso em: 5 janeiro 2024.

KAHHALE, Edna Peters; BOCK, Ana Mercedes Bahia. Os direitos da infância sob a perspectiva das próprias crianças: um estudo em psicologia sócio-histórica. *Revista PsicoFAE - Pluralidades em Saúde Mental*, V.1, nº1, 2012. Disponível em <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/14/14> .Acesso em: 5 janeiro 2024.

MARTINS, Edna. Brincar educa? A brincadeira como prática educativa na família. Tese Doutorado em Psicologia da Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16425> Acesso em: 5 jan. 2024.

MOLINARI, Luisa. Social representations of children's rights: The point of view of adolescents. *Swiss Journal of Psychology*, 60(4), 231-243, 2001.

MORROW, Virginia. 'We are people too': Children's and young people's perspectives on children's rights and decisionmaking in England. *International Journal of Children's Rights*, 7(2), 149-170, 1999.

RIBEIRO, José Pais. A importância da qualidade de vida para a psicologia da saúde. In J. P. Cruz, S. N. Jesus & C. Nunes (Eds), *Bem-estar e qualidade de vida: Contributos da psicologia da saúde*. Edição Textiverso, 2009.

SANTOS, Ana; GALINHA, Sónia e CUNHA, Bruno. O impacto do cuidar na qualidade de vida – percepções dos cuidadores familiares. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 4, n. 2, mar./apr. 2021 (5067-5079). ISSN: 2595-6825. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/26096>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SARMENTO, Manuel; FERNANDES, Natália e TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade e Culturas*, 25, 183-206, 2007. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/ManuelJacintoSarmiento.pdf>
Acesso em: 5 jan. 2024.

SELIGMAN, Martin. Flourish: Positive psychology and positive interventions. 2010, abril. Disponível em: https://tannerlectures.utah.edu/_resources/documents/a-to-z/s/Seligman_10.pdf
Acesso em: 5 jan. 2024.

SERRA, Adriano Vaz, CANAVARRO, Maria, SIMÕES, Mário, PEREIRA, Marco, GAMEIRO, Sofia, QUARTILHO, Manuel, RIJO, Daniel, CARONA, Carlos e PAREDES, Tiago. Estudos psicométricos do instrumento de avaliação da qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-Bref) para Português de Portugal. *Psiquiatria Clínica*, 27(1), 41-49, 2006.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti. Inventário de auto-relato sobre direitos de adolescentes: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, 2012a.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti. Avaliação de um Programa de Educação em Direitos Humanos e Promoção de Participação Social para Adolescentes – Juventude em Cena, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, 2012 b.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti. A visão de adolescentes de diferentes contextos a respeito de seus próprios direitos. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Psicologia, 2008.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti; LAUDA, Biana e KOLLER, Silvia. Opiniões e vivências de adolescentes acerca dos Direitos ao respeito e privacidade e à proteção. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 397-409. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ThMdlGDDKjwRmHVTWRdSSBw/?format=pdf>
Acesso em: 5 jan. 2024.

UNICEF. *Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos*. Comitê Português para a UNICEF, 2019.